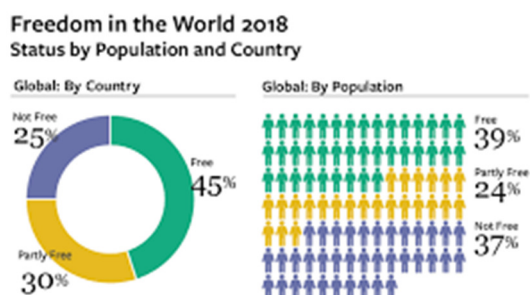


2018/01/21

## O estado da democracia

*Alexandre Reis Rodrigues*

A *Freedom House* publicou recentemente o relatório<sup>1</sup> de 2018 sobre o estado da democracia no mundo. Malgrado as inevitáveis limitações deste tipo de trabalho, trata-se de um estudo sério que nos dá um retrato fiel dos dois principais campos sob observação – direitos políticos e liberdades individuais – em que o assunto é analisado. Merece atenção como um instrumento de avaliação do sentido da marcha da democracia no mundo.



Visto globalmente, o relatório não nos traz boas notícias na identificação dos países considerados “livres”, “parcialmente livres” ou “não livres”, as três classificações em que são agrupados os 195 países e territórios analisados. Apenas confirma a continuação de uma tendência de retrocesso pelo 12º ano consecutivo. Ou seja, com mais países a regredir do que a progredir no respeito pelos valores acima referidos. A aguardada redução da beligerância no mundo, que se esperava que acompanhasse o crescimento do número de sociedades livres, fica, de novo, mais remota.

Comparando os resultados observados em 2017 com os registados em 2007 constata-se uma redução de 1,5 pontos percentuais no número de países considerados livres (45,1% para 46,6%), uma redução de 1,3 pontos nos países parcialmente livres (29,8% para 31,1%) e um aumento de 2,8% no número de países não livres.<sup>2</sup> Em 1987, a situação, no entanto, era bem pior, com os três grupos muito equilibrados (34,5% livres, 34,5% parcialmente livres e 31% não livres). Michael Abramowitz, presidente da *Freedom House*, resume a situação nos seguintes termos:

*«Political rights and civil liberties around the world deteriorated to their lowest point in more than one decade in 2017, extending a period characterized by emboldened autocrats, beleaguered democracies, and the United States withdrawal from its leadership role in the global struggle for human freedom»*

Esta análise mostra que as democracias liberais continuam a perder espaço a favor de regimes autoritários e totalitários que, precisando de inimigos externos para justificar as suas políticas internas, não se mostram inclinados a manter compromissos com a paz e a coexistência. Este afastamento progressivo dos valores democráticos – que alguns já designam por crise da democracia – coloca riscos de

<sup>1</sup> O relatório apresenta uma análise da forma como os direitos políticos e as liberdades civis são observadas em cada país. **Não analisa a forma como funcionam os respetivos governos.** A pontuação máxima possível é de 100 pontos e resulta do exame de 25 indicadores recebendo cada um uma classificação entre 1 e 4. As pontuações alcançadas são depois usadas para determinar o estado dos dois elementos de apreciação (direitos políticos e liberdades civis) recebendo cada um uma classificação entre 1 e 7 (1 para o melhor, sete para o pior <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2018>)

<sup>2</sup> No total de 49 países não livres, os 12 com pior registo são os seguintes (por ordem decrescente): Síria, Sudão do Sul, Eritreia, Coreia do Norte, Turquemenistão, Guiné Equatorial, Arábia Saudita, Somália, Uzbequistão, Sudão, República Centro Africana e Líbia.

segurança e económicos que ameaçam o progresso da globalização e a interdependência entre países, considerada a chave da ausência de conflitos militares entre estados. Não se veem sinais de melhoria desta situação para o curto prazo. O que parece dominar as preocupações de muitos líderes é apenas a procura de estabilidade de que a economia precisa para prosperar, não dando apropriada atenção à defesa de liberdades e direitos civis.

A reclamação contra o facto de os EUA se terem retirado do papel de grande defensor e promotor global dos valores democráticos - de que o presidente da *Freedom House* se faz porta-voz no relatório em análise - explica parte das perspetivas sombrias, mas precisa de ser lida com cuidado. Ignora que foi precisamente sob esse objetivo que, anteriormente, se cometeram graves erros. Refiro-me, por exemplo, a abril de 2004, quando o Presidente Bush considerava a construção de um Iraque livre como uma «oportunidade histórica para mudar o mundo». Bush estava certo na ideia do poder da democracia para suplantar a tirania e terror<sup>3</sup>, mas foi desastroso na forma como procurou concretizá-la.

O que se passa com o atual presidente é totalmente diferente. Não só não fala da defesa da democracia como não cuida de manter uma imagem consentânea com os respetivos princípios. Por exemplo: 1. Não procurando ser transparente, nas ligações entre o seu atual cargo e o seu império empresarial e no preenchimento de cargos da administração com base em laços familiares, prática aceitável nos negócios mas controversa no meio político; 2. Não se mostrando sensato na forma agressiva e frequentemente pouco séria como lida com os órgãos de comunicação social; 3. Não se eximindo de exprimir admiração por líderes sobre quem recai grande parte da responsabilidade pelo desfecho negativo que o relatório da *Freedom House* retrata. Esta situação não é compatível com a imagem de país defensor dos grandes princípios democráticos. Muito menos será o facto de num total agregado de 100 pontos possíveis, os EUA receberem apenas 86 (menos três pontos do que em 2017, menos quatro do que em 2016)<sup>4</sup>.

Neste panorama pouco promissor, a Europa (42 países) consegue manter, apesar de alguns reveses, o melhor posicionamento regional com 86% de países livres (12% parcialmente livres e 2% não livres) e 85% de populações livres (2% parcialmente livre e 13% não livre). Em segundo lugar, está a região Américas (35 países) com, respetivamente, 66% (28% e 6%) e 69% ((27% e 4%). Em último lugar, a região da África Subsaariana (49 países) com 18% (43% e 39%) e 11 (52% e 37%).<sup>5</sup>

Porém, na região Europa nem tudo está bem. Há sinais preocupantes de aparecimento de líderes populistas e de crescimento de partidos de extrema direita que recusam o caminho de integração europeia e não estão a respeitar os princípios de separação dos três poderes. Apesar destas limitações, é a única região com países que conseguem a pontuação máxima de 100 pontos (Suécia, Noruega, Finlândia). Portugal<sup>6</sup> não fica distante (97 pontos), posição que apenas cinco países ultrapassam (Canadá e Holanda 99, Nova Zelândia, Luxemburgo e Uruguai 98).

---

<sup>3</sup> "The case for democracy", Natan Sharansky (2004), *Public Affairs*, New York.

<sup>4</sup> Com pontuações idênticas estão a Croácia (86), a Polónia e Grécia (85) e a Roménia (84). Com melhores pontuações, por exemplo, ficam a Alemanha e Reino Unido (94) e a França (90).

<sup>5</sup> As restantes avaliações mostram o seguinte quadro: Médio Oriente e Norte de África (18 países) com 11% de países livres (67% não livres e 22% parcialmente livres) e 5% de populações livres, e 83% de populações não livres (12% parcialmente livre); a Ásia/Pacífico (39 países) com 46% de países livres (33% parcialmente livres e 11% não livres) e 38% de populações livres; a Eurásia (12 países) com 42% países livres (58% não livres) e 21% de populações livres (79% não livre).

<sup>6</sup> Entre os Palops, Angola é o único país que mantém o estatuto de não livre, mas está listado como merecendo acompanhamento em face das perspetivas de próxima mudança. Guiné-Bissau e Moçambique são considerados parcialmente livres.